



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



SOLDADO ARTHUR MOREIRA DE JESUS

**ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR E A ÉTICA POLICIAL: DESAFIOS E
PERESPECTIVAS**

GOIÂNIA-GO

2024

SOLDADO ARTHUR MOREIRA DE JESUS

**ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR E A ÉTICA POLICIAL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Sullyvan Garcia da Silva.

GOIÂNIA-GO

2024

**ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR E A ÉTICA POLICIAL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS**
**MILITARY POLICE ACTIVITY AND POLICE ETHICS: CHALLENGES AND
PERSPECTIVES**

Arthur Moreira de Jesus ¹
Sullyvan Garcia da Silva ²

Resumo

Atualmente, devido às múltiplas mudanças pelas quais a sociedade tem passado nos âmbitos econômico, social e jurídico, onde a lentidão dos procedimentos parece favorecer as condutas criminosas e deixar os cidadãos de bem desamparados, torna-se imprescindível resgatar a relevância da ética como guia do comportamento humano. Assim, por meio de uma pesquisa em obras que tratam sobre a ética, busca-se neste artigo debater e aprofundar os conhecimentos acerca da ética, evidenciando seu significado e sua aplicação no âmbito pessoal e profissional. Com o estudo sobre a ética no ambiente de trabalho, chegou-se à conclusão de que ela é a bússola da responsabilidade e competência do profissional da segurança pública, pois não apenas permite, mas também incentiva o policial a desempenhar um trabalho verdadeiramente comprometido com o papel social que a profissão lhe confere, de assegurar a segurança pública e garantir a efetivação dos direitos do cidadão para promover a transformação da atual sociedade. Palavras – chave: polícia militar, ética

Palavras-chave: São; Separadas; Por ponto e vírgula.

Abstract

Currently, due to the multiple changes that society has undergone in the economic, social and legal spheres, where the slowness of procedures seems to favor criminal conduct and leave good citizens helpless, it is essential to rescue the relevance of ethics as a guide to human behavior. Thus, through research into works that deal with ethics, this article seeks to debate and deepen knowledge about ethics, highlighting its meaning and application in the personal and professional sphere. With the study of ethics in the workplace, it was concluded that it is the compass of the responsibility and competence of the public security professional, as it not only allows, but also encourages the police officer to perform work truly committed to the social role that the profession gives it, of ensuring public safety and guaranteeing the realization of citizen's rights to promote the transformation of current society.

Keywords: military police, ethics

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: arthur-mj@hotmail.com. Telefone: (62) 98450-0633.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Doutor em Educação em Ciências (UnB), Mestre em Educação (PUC-GO), Especialista e licenciado em Física (PUC-GO). Professor Titular de Direitos Humanos da Especialização em Polícia e Segurança Pública. Goiânia/Goiás. E-mail: sull.garcia@pm.go.gov.br

1 INTRODUÇÃO

A função da Polícia Militar é parte fundamental na manutenção da ordem pública e na promoção da segurança da sociedade. Contudo, a complexidade do cenário atual, com seus desafios sociais e políticos, ressalta a necessidade de uma análise crítica dos valores éticos que permeiam a atuação da Polícia Militar. Como realça Souza (2019), a ética policial é um elemento fundamental no estabelecimento de relações baseadas na confiança entre as forças de segurança e a sociedade. Conseqüentemente, este estudo tem como objetivo compreender o contexto da interação entre as ações dos policiais militares e os princípios éticos que devem nortear seu comportamento. Isso leva a uma compreensão mais profunda dessas dinâmicas.

São enfatizados os empenhos para estabelecer padrões de respeito para todos os membros da sociedade. Representa valores que se opõem à corrupção moral, à indisciplina, à desobediência ao dever à negligência e à desonestidade. Quando discutida na área empresarial, é chamada de ética profissional. A ética profissional exige monitoramento e supervisão constantes para alcançar resultados consistentes e estabelecer padrões de comportamento humano. E especificamente, no campo da Segurança Pública, esta questão é importante uma vez que o trabalho exige ações para alcançar a preservação da associação pública e do trabalho da polícia ostensiva.

Quando utilizado na vida cotidiana A ética policial não só fortalece a confiança do público nas instituições de segurança; mas também garante a integridade e a legitimidade das operações policiais. No entanto, esta procura de equilíbrio ético também traz desafios, uma vez que o trabalho policial envolve situações complexos que muitas vezes demandam tomadas de decisão rápidos e precisos.

Como aponta Ārya (2020), a ética policial é necessária para assegurar-se a legalidade das ações policiais e promover relacionamentos respeitosos e cooperativos com a comunidade. Diante dos desafios modernos, é fundamental compreender como a polícia militar adere e aplica os princípios éticos no seu trabalho diário, melhora as práticas e fortalece as relações polícia-comunidade.

Silva (2020) enfatiza que as ações policiais devem ser baseadas em princípios éticos e legais para assegurar-se a integridade pública e construir a confiança pública nas instituições de segurança. Portanto, estudar essas interações é importante para o desenvolvimento de políticas que promovam cuidados de saúde equitativos e sejam consistentes com os direitos humanos.

Há uma série de condições que podem ser relevantes para o contexto da ética profissional e para a ligação entre a ética e os serviços de segurança pública. Na prática o contexto ético é um elemento conceitual recorrente. Isto é reconhecido nas relações internas e externas dos policiais e demais profissionais. No setor e na sociedade. Porque se refere ao comportamento humano na unidade de socialização. Este conceito é responsável pelos inícios de pensamento que motivam, direcionam e proveem um caminho consistente e não destrutivo para a mudança comportamental na área pertinente.

A questão moral associada ao conceito de ética constitui, como já destacamos, um elemento fundamental do trabalho da Polícia Militar. As instituições militares têm a obrigação moral de estabelecer a sua conduta sob a proteção da administração pública ou da prática direta e aberta. Portanto, os policiais não podem ser privados de sua autoridade moral nesses cargos ou atividades dentro da organização. E neste sentido lembramos as preocupações mencionadas anteriormente sobre a representação social, o papel da instituição e sujeito da polícia nas relações comunitárias, edificando pontes e ecossistemas de comunicação que contribuem significativamente para a formação de um estado social comunitário que elimine conflitos, preocupações, violência e crimes.

O desafio central deste estudo é compreender como as atividades da Polícia Militar podem ser construídas de forma eficaz e com respeito aos direitos humanos. A complexidade das situações que a polícia enfrenta no seu trabalho diário exige muitas vezes uma ação imediata. Isto pode erguer questões éticas. Considerando isso, sugere-se pensar a pergunta de pesquisa: Como relacionar a ética policial militar e o trabalho operacional na busca pela eficácia da segurança dos direitos humanos?

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre a polícia militar e a ética policial e identificar os fatores que influenciam essa interação. Esses objetivos visam esclarecer como a atuação da Polícia Militar pode contribuir para a imagem da instituição da Polícia Militar. No referencial ético, os objetivos específicos contêm (1) investigar como os policiais militares notam e compreendem a ética no desempenho de suas funções; (2) avaliar as práticas éticas no dia a dia dos policiais militares.

Assim, a visão de respeito institucional, os atores gestores das instituições militares policiais têm a missão de inculcar o sentido de responsabilidade, a moralidade, a ética, o respeito pelos valores essenciais para construir o papel da Polícia Militar nas comunidades garantindo o cumprimento das suas obrigações legais, mas também o exemplo e a representação social. Afinal, a polícia é acompanhada com intensa atenção por outras

organizações de socialização, inspirando crianças e jovens, fortalecendo laços institucionais, gerando confiança na população.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ÉTICA E POLÍCIA MILITAR: DIRETRIZES LEGAIS

O conceito de ética está associado a ações condizentes com as posturas e crenças de um sujeito, sendo regras que regem o comportamento humano. Para Vasquez (2000, p. 23), seria “a teoria ou ciência do comportamento moral das pessoas na sociedade. Em outras palavras. É a ciência do comportamento humano de uma forma ou de outra. "Para Sá (2000, p. 15), a ética“ em seu sentido mais amplo é a ciência do comportamento em relação aos humanos e aos semelhantes ”. A atuação da Polícia Militar deve ser pautada na ética para garantir a segurança pautada no pundonor humana na sociedade e na profissão A esse respeito, Meirelles (1991, p. 79) afirma:

O agente administrativo, como ser humano dotado de capacitância de agir, deve necessariamente distinguir entre o Bem e o Mal, o honesto e o desonesto. E ao agir não pode negligenciar o componente ético de suas ações. Então, não só o que é legal e o que é ilegal. O que é justo e injusto Coisas convenientes e inconvenientes O que é apropriado e o que não é, mas também o que é justo e o que é injusto (Meirelles, 1991, p. 79).

Assim, ao agir corretamente de acordo com esses preceitos presentes na legislação através dos códigos de ética e disciplina, a polícia, sendo um agente público à imagem do Estado, defende a instituição militar. Em conformidade com a legislação vigente, a Constituição Federal de 1988 aborda a segurança pública e o papel da Polícia Militar no capítulo III. Resulta do artigo 5.º que ele é responsável pela manutenção da ordem e pela manutenção da ordem pública. A Polícia Militar de cada estado possui métodos e táticas próprias. Bem como diferentes princípios éticos. Conseqüentemente, o PMGO, por meio da lei nº 19.969, de 11 de janeiro de 2018, dispõe de diretrizes e disciplinas éticas para militares em serviço no Estado de Goiás.

A Codificação de Ética e Disciplina Militar de Goiás constitui uma sequência de princípios, como o respeito ao pundonor humana, o cumprimento e a implementação de leis, regulamentos, decisões, diretivas e ordens de autoridades competentes. No texto o artigo 5

estabelece os princípios éticos dos negócios incluindo a dignidade humana, a legalidade, a imparcialidade e a justiça. Os artigos 15, 16 e 17 proveem as seguintes definições de violações disciplinares.

Item 5: Senso de Dever Valentia e modos de classe do soldado outorgar para uma conduta moral e profissional impecável de todos os membros da empresa Considere os seguintes princípios éticos militares:

Secção 15 As infrações disciplinares contêm violações da ética e do dever militar. Artigo 16. São infrações disciplinares puníveis nos termos desta lei quaisquer atos ou omissões que violou a disciplina e a ética militar nela estabelecidas.

Artigo 17. A apuração da prática das circunstâncias do alcance e da autoria das infrações disciplinares cometidas pelos membros dos órgãos será realizada de acordo com os ritos processuais e/ou processuais estabelecidos nesta lei. (Goiás,2018)

O incumprimento dos princípios dos direitos humanos, da dignidade humana e da cidadania parece ser considerado uma infração disciplinar. Nessa circunstância, segundo Catâneo (2008, p. 20), “a ética é a conjectura ou ciência do comportamento moral do ser humano em sociedade. Estudos, análises e considerações éticas do comportamento humano em sua totalidade, variedade e variedade. “. Esses conceitos virar em torno de uma certa aceitação moral e social, baseada em valores que regem as atitudes da sociedade.

Em 2008, a Secretaria Especial de direitos humanos da Presidência publicou as Diretrizes sobre direitos humanos: Conduta Ética, Tecnológica e Legal dos órgãos Policiais Militares. O objetivo da publicação foi reforçar o dever do policial de respeitar e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos prevendo princípios éticos que devem ser seguidos na atuação dos agentes de segurança pública do país O guia também contém o seguinte texto:

A polícia existe para proteger os direitos humanos de todos. Os agentes policiais devem proteger: A liberdade de movimento, pensamento, expressão, consciência e crença de todos. Ninguém pode ser preso ou detido arbitrariamente. O direito à igualdade e à não discriminação em razão do sexo raça ou etnia, idade, orientação sexual ou deficiência física ou mental. Lembre-se: tortura e tratamento desumano ou degradante são proibidos em qualquer circunstância (Brasília, 2008, p. 6)

Vale ressaltar que o documento também afirma que os princípios éticos e legais são essenciais para um policiamento mais eficaz e humano, que siga procedimentos adequados e evite medidas arbitrárias, como foi o caso do sistema excepcional durante a ditadura militar de Cacete no Brasil.

Assim, para que a segurança pública proteja eficientemente a paz social, a ação policial deve respeitar os regulamentos internos de cada instituição.

2.2 ÉTICA ORGANIZACIONAL E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PARA POLICIAIS MILITARES

A ética se originava da ética grega. São tradições e práticas adotadas na sociedade para evitar a barbárie de uma pessoa que quer violar os direitos de todos. Estabelece valores universais que devem fazer parte do comportamento e da prática humana. Sócrates argumentou que a ética requer padrões constantes e inalteráveis. Não somos influenciados por diferenças de opinião.

Como disse Platão, a ética da sociedade reflete os interesses daqueles que estão no poder (Chauí, 2004). No pensamento dos clássicos, Platão afirma que o ser humano vive em permanente tensão entre a lei e o amor o primeiro exige coerção e repressão para combater o mal e esta função só pode ser exercida por quem governa em favor da comunidade. Santo Tomás de Aquino realçou a importância irredutível da consciência pessoal, mas buscou um equilíbrio que evitasse riscos relacionais (Chauí, 2004).

A moralidade é uma característica inerente a toda ação humana e, portanto, constitui um elemento vital na produção da realidade social. Todo ser humano possui um senso moral que orienta e julga suas ações. Portanto, é uma espécie de consciência moral que avalia e reflete incessantemente sobre as suas ações para saber se elas são exatas ou erradas, boas ou más, justas ou injustas. Na área das relações sociais, determinados comportamentos humanos podem ser classificados segundo a perspectiva do bem e do mal, do certo e do errado. Embora vinculado à ação individual, expressa uma matriz cultural que prevalece em determinadas sociedades e contextos históricos.

Segundo Chauí (2004), a ética emerge em todas as relações que as pessoas vivenciam na sociedade. Mesmo em assuntos simples e que podem passar despercebidos, ela se manifesta, como é o caso da arte onde muitas instrumentistas ou peças de teatro são exibidas, ocasionando divergências na sociedade sobre o comportamento ou o grau de permissividade em relação aos valores morais existentes. Produz-se assim um contraste entre os níveis teórico e prático das ações humanas e neste caso revelam-se situações que na teoria são uma coisa e na prática outra, de maneira que é a ética que estuda as questões que surgem na sociedade se tal costume permanece válido ou não.

Segundo Chauí (2004), as transformações na sociedade levam constante questionamento da ética das práticas legitimadas, enquanto as normas determinam sua validade. Qualquer ação contrária ao definido no plano de grupo poderá ser rejeitada ou discriminada. A ética é entendida como a problematização na sociedade sobre se tais tradições

ou ações sociais são válidas no momento histórico em que vivemos, e a análise das relações humanas dentro da sociedade nos ajuda a compreender as mudanças que as tradições criam na sociedade. Para compreender os diferentes modos de vida, a ética faz uso apropriado da recuperação histórica das diferentes formas de as pessoas se relacionarem. Estes foram estruturados de forma que diferentes sociedades adotaram comportamentos diferentes desde a antiguidade.

A ética permite-nos compreender que não só mudam os costumes, mas também os valores que os homens definem como válidos num determinado momento histórico mudam ao longo do tempo, de modo que cada cidade se diferencia das outras em função dos valores. Assumidos em suas relações sociais (Chauí, 2004). Existem normas comuns a todas as sociedades representadas por valores que vinculam as ações humanas e que consolidam a sociedade de acordo com as determinações que aparecem na vida social. Cada sociedade estabelece os seus costumes com base em todas as diversas relações presentes, seja por religião, atividades econômicas ou outras situações que surja.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa caracteriza-se pelo fato de ser qualitativa, dedutiva, com análise da realidade já conhecida. Os dados serão coletados por meio de ferramentas de enquete e/ou procedimentos documentais através do google forms. A pesquisa qualitativa considera que existem relações entre o mundo e os sujeitos que não podem ser traduzidas em números. Por esse motivo, trata-se de uma pesquisa descritiva. Onde os dados tendem a ser analisados dedutivamente (Gil, 1994).

Em uma abordagem metodológica, por meio de uma pesquisa exploratória destaca-se a importância de um aprofundado levantamento bibliográfico, entrevistas com indivíduos versados nas experiências práticas relacionadas ao problema e a análise de exemplos elucidativos, visando não apenas à familiaridade com a questão, mas também à construção de hipóteses esclarecedoras (Gil, 2007).

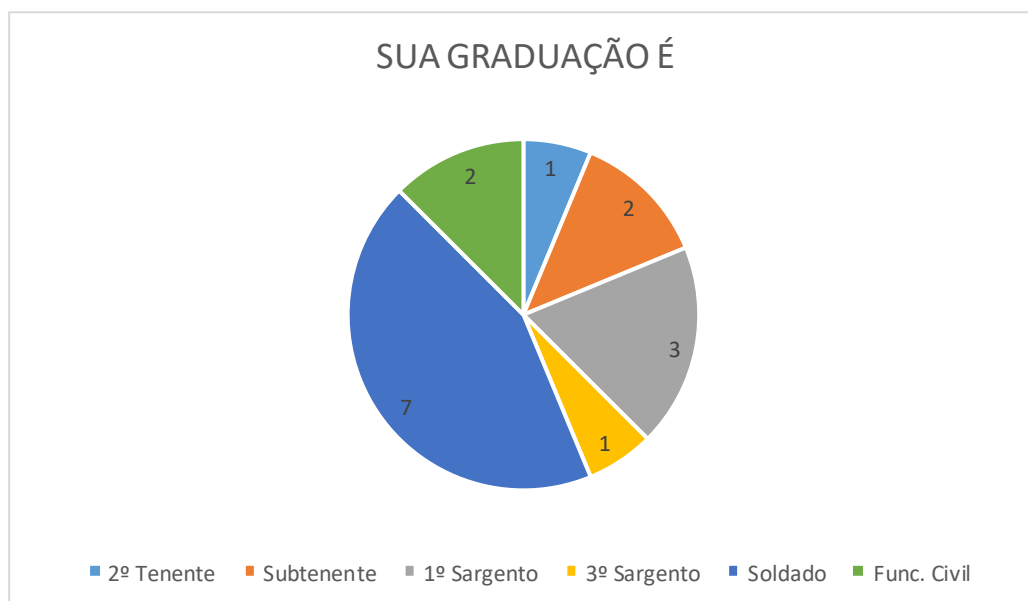
Utilizamos uma abordagem de pesquisa básica na Polícia Militar da 3ª Seção - 24ª CIPM (Companhia Independente de Polícia Militar - 3ª CRPM (Comando Regional da Polícia Militar) do município de Nerópolis - Goiás, com o objetivo de reproduzir conhecimento, ampliando nosso conhecimento da ética e da cidadania Sagrada na administração pública do Estado de Goiás, dando espaço para pesquisas futuras, com o intuito

de ampliar a compreensão desses fenômenos e procedimentos sem tentar solucionar ou gerenciar esses resultados.

Segundo Appolinário (2011), o objetivo principal da pesquisa fundamental é o “avanço do conhecimento científico, sem a preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados que devem ser colhidos”. Dito isto, esta pesquisa visa contribuir para o estudo da importância da ética e da cidadania nas instituições públicas, em particular na Polícia Militar de Goiás.

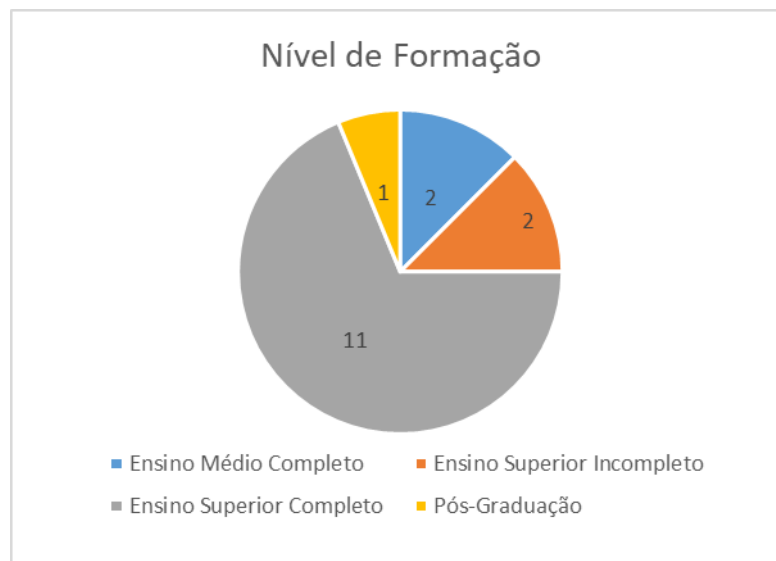
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise dos dados e a formulação do questionário, ocorreu o primeiro contato com os participantes do estudo de campo, após autorização da supervisão e posteriormente dos demais colaboradores. Foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido juntamente com o pedido para completar o questionário da Técnica de Complemento com 14 questões no dia 16 de janeiro de 2024, com prazo máximo de seis dias consecutivos. Optou-se por utilizar o Google Forms devido à sua praticidade, permitindo respostas de qualquer local e já oferecendo recursos para análise de dados e gráficos. No total, todos os 16 participantes aptos responderam ao questionário, abrangendo uma faixa etária de 25 a 48 anos, sendo um Tenente, dois Subtenentes, três 1º Sargentos, um 3º Sargento, sete soldados e dois funcionários civis.



Fonte: Autor 2024

A experiência acadêmica, a localização geográfica dos participantes e o período de trabalho na unidade de Nerópolis (que varia entre alguns meses e 2 anos) são dados cruciais para uma análise aprofundada sobre ética, moral e cidadania, uma vez que envolvem diferentes culturas, cursos, tempo de formação e outras capacitações (cursos, graduações e pós-graduações). A seguir, serão expostos os números que mostram o nível de instrução dos profissionais que desempenham suas funções neste contexto específico, já que a formação acadêmica exerce grande impacto nos processos de desenvolvimento ético, moral e cidadão, tanto a nível individual quanto coletivo.



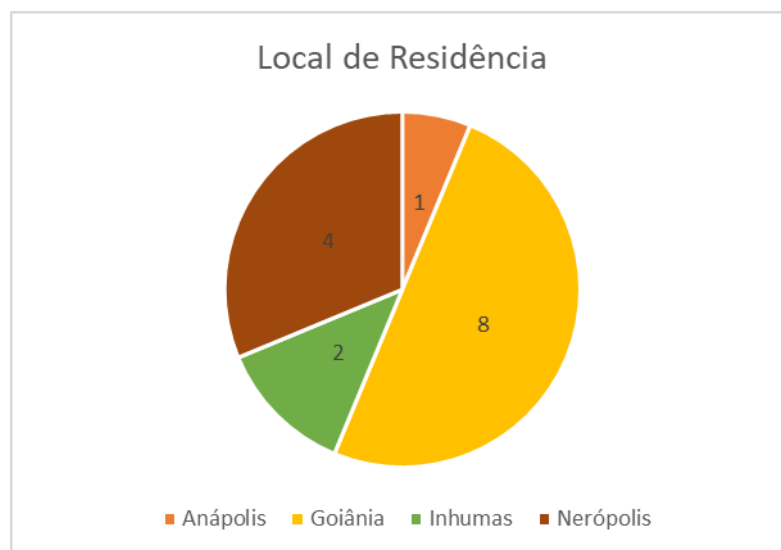
Fonte: Autor 2024

Entre os soldados avaliados, é imprescindível levar em consideração outras duas características para compreender melhor o projeto: o número de bases militares onde atuaram e o tempo de serviço desde sua integração na corporação (que varia de alguns meses a dois anos). Essas informações são fundamentais, já que cada base visitada pelos profissionais proporcionou e, inevitavelmente, contribuiu para adquirir novas experiências culturais, expandindo os conceitos de ética, moral e cidadania.



Fonte: Autor 2024

Cortella (2010, p. 107) afirma que é fundamental cuidar diariamente da ética, que é como uma planta delicada. Dessa maneira, cada quartel tem sua maneira única de zelar por seus profissionais, podendo influenciar de forma variada no desenvolvimento da moral, ética e cidadania. De acordo com o gráfico apresentado, a 3ª Seção - 24ª CIPM (Companhia Independente de Polícia Militar - 3ª CRPM (Comando Regional da Polícia Militar) de Nerópolis - Goiás tem sido bastante influenciada culturalmente devido ao fato de muitos de seus profissionais terem passado por pelo menos três quarteis desde sua formação inicial. Todos esses valores são moldados diariamente em nosso dia a dia. Em seguida, passamos para outro gráfico que aborda a localização atual dos profissionais que trabalham em Nerópolis - GO.



Fonte: Autor 2024

Desta forma, os dados revelam que a maioria dos trabalhadores que estão empregados no quartel de Nerópolis residem em três diferentes áreas distintas, cada uma com sua própria cultura. Entre elas, as cidades de Goiânia e Nerópolis se destacam, totalizando 13 profissionais dentre os 16 entrevistados, o que evidencia uma cultura diversificada, porém estável devido à proximidade geográfica das duas cidades.

Após a realização do questionário, optou-se por adotar a Técnica de Complemento como forma de obter dados para a pesquisa, visando explorar o campo empírico. A utilização dessa técnica em conjunto com os bombeiros da localidade se mostrou mais apropriada e eficaz para a obtenção e análise de dados sem influência de terceiros ou do próprio pesquisador. Dessa forma, foi possível garantir uma certa imparcialidade entre o pesquisador e os participantes do estudo. De acordo com Vergara (2010), essa técnica consiste em oferecer estímulos aos participantes a fim de obter respostas que vão além das palavras, revelando seus sentimentos e motivações.

Por determinação da lei, a função das Polícias Militares é realizar o policiamento ostensivo e preventivo de forma uniformizada, com o intuito de assegurar e proteger a ordem pública. O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 menciona esta atribuição em sua abertura.

Artigo 144 A segurança da população, que é um compromisso do Estado, um direito e uma responsabilidade de todos, é realizada com o objetivo de manter a paz e a integridade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. Parágrafo 5 As polícias militares são responsáveis pela vigilância ostensiva e pela manutenção da paz pública; enquanto os corpos de bombeiros militares, além das atividades estabelecidas por lei, são encarregados de realizar ações de defesa civil.

As forças policiais e os bombeiros militares, de acordo com a Constituição, têm como principal dever garantir a segurança da população, agindo em prol da ordem pública e do interesse coletivo, sempre pautados pelos princípios éticos.

A conduta ética no ambiente policial deve ser direcionada para o bem da comunidade, com o objetivo de protegê-la e orientá-la quando necessário. A ética é algo que se desenvolve a partir do caráter e dos princípios morais de cada indivíduo. A aplicação de regras disciplinares e hierárquicas ajuda a evitar conflitos relacionados à ética (Silva, 1996).

Conforme a Dhnet (2022), a moralidade também pode ser classificada em diferentes categorias.

Conduta Pessoal: está relacionada com as convicções acerca do que é correto e incorreto, justo ou injusto, virtuoso e responsabilidades que surgem do sujeito. Ética Coletiva: trata-se das convicções acerca do que é certo ou errado, bom ou mau,

virtuoso e responsabilidades que surgem de um conjunto de sujeitos. Ética no Trabalho: refere-se aos padrões e normas que regem o comportamento de todos os profissionais de uma determinada área. (Dhnet, 2022).

Ao relacionar a conduta ética individual com a execução da legislação, surgem as normas de ética. Essas normas têm como finalidade fornecer orientações relacionadas aos valores éticos e legais importantes para a atuação dos agentes da lei - e, nesse sentido, devem ser vistos como um código de ética profissional (Dhnet, 2022).

Os responsáveis pela execução da lei, para além dos poderes de captura, detenção e uso de força, contam com outras atribuições para garantir a efetividade de suas responsabilidades. Alguns desses poderes estão associados à prevenção e identificação do crime, incluindo a capacidade de realizar buscas e apreensões: entrar em locais, áreas e residências onde crimes foram perpetrados ou vestígios foram deixados; coletar evidências e entregá-las ao Ministério Público; e prender indivíduos e/ou confiscar objetos relacionados a um crime cometido ou a ser cometido. Cada um desses poderes é claramente estabelecido pela legislação e deve ser aplicado exclusivamente para fins legítimos.

De acordo com Robertson e colaboradores (2002), a presença da cultura social no ambiente organizacional pode afetar o comportamento dos indivíduos. A perspectiva cultural de uma pessoa é um dos elementos que pode determinar sua reação diante de dilemas éticos diversos.

Kohlberg (1969) investigou os elementos que afetam a percepção ética das pessoas desde a infância até a fase adulta, juntamente com os procedimentos de escolha que estão relacionados a ela. De acordo com sua perspectiva, existem três estágios de evolução moral no processo cognitivo: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

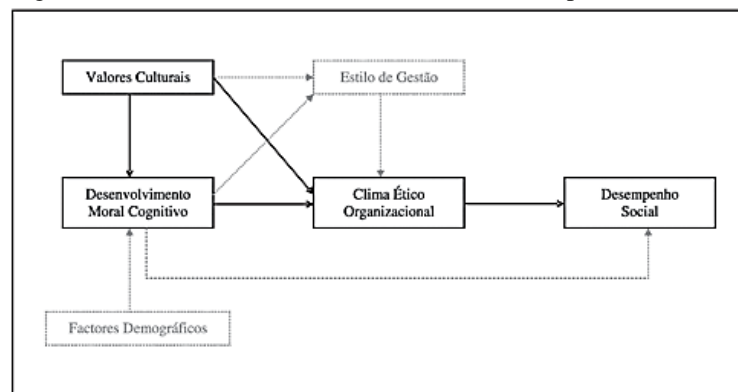
Na fase inicial, chamada de pré-convencional, as pessoas fazem escolhas considerando as consequências ou benefícios de suas ações, relacionando o que é considerado 'certo' e 'errado' com os resultados de seu comportamento e submetendo seu julgamento à figura autoritária do poder (Kohlberg, 1969, 1984).

Em um estágio convencional, a influência dos grupos sociais ao redor passa a ter relevância para as decisões tomadas, geralmente buscando a aprovação e a satisfação dos demais, observa-se uma adesão a comportamentos, padrões e valores aceitos pela sociedade em geral. Aos poucos, à medida que a pessoa amadurece moralmente, ela avança para um estágio pós-convencional, demonstrando uma tentativa de desenvolver seus próprios padrões morais regulados por uma consciência crítica do mundo e independentes das normas estabelecidas por qualquer outra autoridade social (Kohlberg, 1969, 1984).

Os princípios éticos de um indivíduo têm grande influência sobre sua conduta. A perspectiva moral de um líder é fundamental para compreender suas decisões e escolhas entre diferentes opções. Assim, ao estabelecer a conexão entre valores morais e comportamento, é possível identificar uma relação entre o nível de maturidade moral de um líder e a direção social das práticas organizacionais que ele estabelece e influencia. A ética na gestão e o desempenho social das organizações podem ser em parte um reflexo do nível de maturidade moral de seus líderes (De Almeida, 2007).

A imagem apresenta um esquema unificado do processo de ética, que resume a importância da conduta ética individual na tomada de decisão que influencia as responsabilidades sociais nas empresas.

Figura 1 - Modelo Unificado Do Processo Ético Empresarial



Fonte: Almeida (2007).

Dessa forma, no dia a dia, o agente da lei se depara com diversas circunstâncias em que será necessário escolher a melhor ação não só em termos individuais, mas também pensando no bem coletivo, em conformidade com as leis e os princípios éticos.

Diante de tantos elementos, é fundamental que o agente da lei esteja ciente de que não é suficiente apenas refletir, é fundamental renovar ideias, adotar comportamentos que estejam de acordo com o que promove a harmonia na sociedade em todas as suas áreas.

Estes princípios conectam a pessoa e o entorno como os componentes que determinam o que é correto e o que é incorreto. Não existe uma ordem de relevância: ambos, em conjunto, determinam o critério a ser considerado como o mais adequado para uma entrega de serviço de excelência.

Assim como condutas ilegítimas e antiéticas demandam uma averiguação imediata, completa e imparcial. Estes casos, mesmo que associados ao responsável pela aplicação da lei, têm um impacto potencialmente nocivo e geram uma imagem negativa para a organização como um todo.

Uma outra questão relevante está relacionada à relevância do sigilo profissional tanto em organizações privadas quanto públicas. É evidente que o sigilo profissional está ligado à ética profissional. Isso é influenciado pelos desafios que surgem no dia a dia do trabalho do policial. Portanto, é crucial adotar uma abordagem analítica da situação, e tomar decisões fundamentadas nos valores éticos de forma clara.

No Brasil, ao longo da história da profissão de assistente social, todos os códigos de conduta ética abordaram o tema da confidencialidade ou sigilo, mesmo que estivessem relacionados aos princípios morais da religião cristã. Em seu artigo 2, a seção inicial do Código de Ética de 1947 (Abas, 1947) estabelecia como obrigação fundamental: "manter absoluto sigilo, inclusive em situações policiais, sobre qualquer informação obtida por meio de sua profissão" (Abas, 1947).

Em diferentes órgãos de segurança, a exemplo do regulamento de conduta da Polícia Federal:

Artigo 4º "Nos termos deste regulamento, entende-se: II - dados privilegiados: informações relacionadas a questões confidenciais ou relevantes para o processo decisório no contexto do Poder Executivo Federal, com impacto econômico ou financeiro e que não sejam de conhecimento geral; e III - dados confidenciais: informações temporariamente sujeitas a restrição de acesso público devido à sua importância para a segurança da sociedade e do Estado, juntamente com aquelas abrangidas por outras disposições legais de sigilo" (MJ, PORTARIA No. 2.877, DE 30 DEZ 2011)

Porém, é importante destacar que não havia indicação sobre sob quais condições informações confidenciais poderiam ser divulgadas.

Dentro de uma empresa há diversas ações que podem ser implementadas para garantir que todos os colaboradores ajam de maneira ética. Para isso, destacam-se os mecanismos que auxiliam na promoção da ética, tais como: aconselhamento, monitoramento e avaliação de resultados.

Por último, é importante ressaltar que os policiais militares têm responsabilidades éticas que envolvem compromissos e deveres. Não se trata apenas de aceitar formalmente os valores e obrigações correspondentes, mas principalmente de demonstrar atitudes éticas tanto no ambiente profissional quanto na esfera pessoal. Essas atitudes estão baseadas em virtudes morais como a honestidade, a honra, o desapego, a fé, a esperança e, acima de tudo, no amor pela Instituição (Valla,1995, p.20).

Dessa forma, de maneira ampla, os resultados demonstraram que quando os policiais militares se desviam dos princípios éticos, isso resulta em desconfiança por parte da população, levando também à perda de autoestima e prestígio de sua corporação. Tanto a

Segurança Pública quanto a Cidadania são assuntos de interesse nacional, portanto, a responsabilidade pela garantia da Segurança Pública e pela promoção das condições para o exercício da Cidadania recai, primeiramente, sobre a União e os Estados. Conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988), cabe aos Municípios a prestação de serviços públicos de interesse local.

Pode-se afirmar que a Organização busca, acima de tudo, postura e atitude, em vez de apenas um Código de Ética com regras a serem cumpridas. Isso inclui ser honesto, respeitar o sigilo das informações, agir com prudência e imparcialidade.

5 CONCLUSÃO

A análise da Ética profissional na Polícia Militar do Estado de Goiás, mais especificamente da 3ª Seção - 24ª CIPM (empresa Independente de polícia Militar - 3ª CRPM (Comando Regional da polícia Militar) do município de Nerópolis - Goiás que revelou sua complexidade, levando em conta o contexto atual. A ética ressalta a importância de questionar tanto a moral quanto a lei, pois ambas são passíveis de mudanças de acordo com os desafios enfrentados pela sociedade e no ambiente de trabalho. Destaca-se a necessidade de que todas as decisões sejam pautadas pela ética profissional na polícia militar, visando a manutenção da ordem pública, dos direitos constitucionais e da integridade dos cidadãos, contribuindo para a paz social. Os valores morais e cívicos são fundamentais para todos os cidadãos, sendo no ambiente militar que o comprometimento se manifesta de maneira mais intensa, com os policiais militares cumprindo seu dever mesmo diante de situações de risco extremo. O comportamento do militar, em qualquer nível hierárquico, deve estar em conformidade com os princípios de honestidade, refletidos na própria natureza de sua atividade profissional. A "Ética Militar", mais rigorosa e restritiva do que a ética comum, orienta o comportamento do militar ao longo de sua carreira, por meio de compromissos assumidos em cada etapa ou promoção. Em resumo, a ética permeia toda a existência da Corporação como uma unidade eficiente e reconhecida por suas características militares.

REFERÊNCIAS

ABAS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Aprovado em 29 de setembro de 1947. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf

APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em. Acesso em 19 de out de 2019.

_____. Resolução nº 004-CSP/DPF (2015). Aprova o Código de Ética da Polícia Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/c>

CATÂNEO, Marciel Evangelista. Ética clássica. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.

CHAUÍ, Marilena. A existência ética. In: Convite à Filosofia. 13ª ed. 2ª impr. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DE ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. Rev. adm. contemp. 11 (3), Set 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rac/a/CsKRY4pM5sfSD59wbWdfnCB/?1>

DHNET. Direitos Humanos. Premissas Básicas da Aplicação da Lei Conduta Ética e Legal na Aplicação da Lei. 2022. Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/mundo/rover/c5.htm#>

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

KOHLBERG, L. Stage and sequence: the cognitive-developmental approach to socialization. In D. Goslin (Org.). Handbook of socialization theory and research (pp 347-480). New York: Rand McNally. 1969.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 16ª. ed. São Paulo: RT, 1991.

ROBERTSON, C. J., CRITTENDEN, W., BRADY, M. K., & HOFFMAN, J. J. Situational ethics across borders: a multicultural examination. Journal of Business Ethics, 38(4), 327-338, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Alcionir do Amarante. *Ética do Policial*. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. 2020.

SOUZA, LAF., org. *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 219 p. ISBN 978-85-7983-019-8. Available from SciELO Books.

VALLA, Wilson Odirley. *Deontologia Policial-Militar-Ética Profissional*. São José dos Pinhais. 1995, 56 p.

VASQUES, Adolfo Sanches. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo científico, sendo que as informações sobre o mesmo estão descritas nos itens que se seguem. É importante que você leia, ou que alguém leia para você, esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, peça ao (a) pesquisador (a) responsável pelo estudo que explique a você. Você não é obrigado (a) a participar desta pesquisa. Ao final desse documento, estará disponível um termo de aceite, para que você assinale a opção “SIM” ou “NÃO”. Caso aceite em participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção SIM, e em seguida, será solicitado que você preencha com um endereço de e-mail para recebimento de uma cópia desse documento. Caso não deseje participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção NÃO, e a sua participação será encerrada automaticamente.

Você pode se recusar ou se retirar do estudo a qualquer momento, sem ter que dar maiores explicações, não implicando em qualquer prejuízo.

Este estudo é sobre ATIVIDADE DO POLICIAL MILITAR E A ÉTICA POLICIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, sua participação é voluntária e não será pago nenhum valor pela sua participação, aceitando participar o senhor (a) responderá algumas perguntas que não lhe comprometeram em nada em seu dia a dia no trabalho, em caso de qualquer dúvida ou discordância entrar em contato com o pesquisador.

Você aceita participar dessa pesquisa?

SIM

NÃO

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Este roteiro de entrevista tem como objetivo levantar dados para o estudo intitulado “Atividade Do Policial Militar e a Ética Policial: Desafios e Perspectivas” a ser aplicado na cidade de Nerópolis / GO. Sendo esta pesquisa um requisito apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Sullyvan Garcia da Silva.

Ressalta-se que os dados aqui coletados são absolutamente sigilosos, não serão divulgadas quaisquer informações que levem à identificação dos informantes-chave.

PARTE I – Identificação do Entrevistado

Data da Aplicação: ____/____/_____

- 1- Nome Completo:
- 2- CPF:
- 3- Idade:
- 4- Sexo: () Feminino () Masculino
- 5- Estado Civil:
 - () Casado(a) / União estável
 - () Separado(a) / Divorciado(a)
 - () Solteiro
 - () Viúvo(a)
- 6- Tem filhos? () Sim, quantos?_____ () Não
- 7- Sua graduação é:
 - () Soldado
 - () Cabo
 - () Sargento
 - () Funcionário Civil
- 8- Nível de Formação:
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Incompleto

- Ensino Superior Completo
 - Pós Graduação
 - Mestrado
 - Doutorado
- 9- Local de Residência:
- Anápolis
 - Goiânia
 - Inhumas
 - Nerópolis
- 10- Assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?
- Sim Não
- 11- Se Policial militar, quanto tempo de atividade possui desde a sua inclusão?
- 12- Quanto tempo trabalha na unidade de Nerópolis?

PARTE II – Áreas Temáticas Qualidade de Vida no Trabalho – QVT

1 – Para você que é Polícia militar, por quantos Batalhões diferentes passou desde a sua inclusão?

2 – Para mim, ética no trabalho do Policial Militar é compreendida como...

3 - Para mim, moral no trabalho do Policial Militar é compreendida como...

4 - Para mim, cidadania no trabalho do Policial Militar é compreendida como...

5 – Em meu dia a dia na Policia Militar da Nerópolis, minhas atividades são pautadas na ética, moral e cidadania para realização do meu trabalho. Assim, posso dar como exemplo as seguintes realizações...